



# Clear Sale S.A.

CNPJ: 03.802.115/0001-98

**Prezados Acionistas,** No dia 04 de outubro de 2024, anunciamos a celebração do *Merger Agreement* com a Serasa Experian e desde então tivemos evoluções importantes no processo. Já obtivemos aprovação do CADE em novembro de 2024 e a aprovação do Acionista Extraordinária em janeiro de 2025. Em fevereiro deste ano tivemos a Reunião de Conselho Controlfintária, na qual validamos o cumprimento de condições precedentes, confirmamos a performance de caixa mantendo o preço da transação e definimos a relação de troca para as BDRs da Experian. Por último, tivemos recentemente o período de escolha das opções da transação. Como próximos passos, esperamos o fechamento da transação no dia 01 de abril. Considerando o fechamento do ano, completando quase 4 anos de empresa de capital aberto, gostaria de compartilhar importantes fatos de ClearSale que foram marcantes na nossa jornada. 1. Diversificamos nossa receita e reduzimos a dependência de grandes *market places*; 2. Otimizamos nossa estrutura e modelo de trabalho; 3. Investimos em tecnologia e incrementamos e estanzamos nossos portfólio de produtos; 4. Redesenhamos nossa estratégia; 5. Reposicionamos nossa marca; 6. Estabilizamos a queima de caixa; 7. Estamos prontos para voltar a crescer com rentabilidade. Em 2024 especificamente, mantivemos nosso ritmo de vendas com a Receita Bruta da Venda Nova Total totalizando R\$ 72,9 milhões, representando um crescimento anual de 36,4%. O MRR Venda Nova Total cresceu 33,3% no ano fechando o ano em R\$ 9,3 milhões. Mantivemos a diligência em custos e despesas, com uma redução anual de R\$ 41,1 milhões em 2024. Finalizamos o ano com uma posição saudável de caixa líquido de R\$ 357,8 milhões, suportada por uma geração de caixa operacional de R\$ 62,1 milhões no ano. Continuamos comprometidos com nosso negócio nos nossos pilares de simplificação, escalabilidade com rentabilidade e diversificação, além do foco em vendas novas e rentabilidade para construção de uma empresa de crescimento acelerado e expansão. Além disso, estamos preparados para aproveitar as oportunidades que surgirão em função da combinação de Negócios com o S.A. Experian.

**RS mn; %**  
 (-) Depreciação e Amortização

	4T24	3T24	4T23	QoQ	YoY	2024	2023	YoY
RS mn; %	1,2	-10,3	5,2	n/a	-77,1%	-28,6	-28,0	-2,9%
(-) Resultado Líquido	9,5	8,1	8,1	17,0%	18,0%	34,0	42,5	21,2%

Ativo		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Ativo circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	350.254	379.251	357.630	388.796
Aplicações financeiras	6	1.798	5.261	1.813	5.370
Contas a receber	7	94.048	98.615	112.694	118.070
Tributos a recuperar	8	10.894	26.735	15.329	29.919
Outros ativos	14	7.839	13.030	10.305	13.966
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>464.833</b>	<b>522.892</b>	<b>497.771</b>	<b>556.121</b>

Ativo não circulante		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Ativo não circulante</b>					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber	7	2.663	-	2.663	-
Outros ativos	14	2.454	2.294	2.454	2.294
Tributos a recuperar	8	-	375	-	375
Partes relacionadas	9	3.060	16.427	-	-
Tributos diferidos	23	29.679	17.802	29.538	17.426
Investimentos	10	66.803	40.291	-	-
Imobilizado	11	6.433	12.368	6.437	12.368
Intangível	12	275.748	241.553	320.018	276.319
Direito de uso	13	10.622	16.267	10.622	16.267
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>397.462</b>	<b>347.377</b>	<b>371.732</b>	<b>325.049</b>

**Total do ativo** **862.295** **870.269** **869.503** **881.170**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Controladora e Consolidado			
	Notas	Capital social	Reservas de capital e opções outorgadas	Prejuízos acumulados
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>789.380</b>	<b>50.171</b>	<b>(92.358)</b>
Ajuste de conversão de balanços	10	-	-	-
Instrumentos patrimoniais outorgados	20	-	5.221	-
Prejuízo do exercício	21,5	-	-	(28.005)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>789.380</b>	<b>55.392</b>	<b>(120.363)</b>
Ajuste de conversão de balanços	10	-	-	9.284
Instrumentos patrimoniais outorgados	21	-	3.085	-
Prejuízo do exercício	22	-	-	(28.610)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>789.380</b>	<b>58.477</b>	<b>(148.973)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional:** A Clear Sale S.A. ("Controladora") foi constituída em 24 de abril de 2000. Desde agosto de 2022, a Controladora está localizada na Avenida Marcos Percego de Ulhôa Rodrigues, nº 939, Alphaville, Barueri, SP, Brasil. A Clear Sale é uma sociedade anônima de capital aberto registrada na B3 S.A. - Bolsa, Brasil, Balcão ("B3") desde 30 de julho de 2021, no segmento especial denominado Novo Mercado, sob o código CLSA3 onde negocia suas ações ordinárias. As demonstrações financeiras consolidadas incluem a Clear Sale S.A. e suas controladas diretas ClearSale LLC e Clear Sale Argentina S.R.L. e indireta Chargebackops. A Companhia, por meio de suas subsidiárias, é pioneira em soluções e serviços de análise de transações para prevenção e gestão de fraude para empresas do varejo eletrônico ("e-commerce"), transações de onboarding digital para empresas de diversos setores, como bancos e serviços financeiros, telefonia, seguradoras. Esses serviços são prestados no Brasil e no exterior através de soluções sistêmicas e análise de fraude detalhada realizada por analistas, combinando alta tecnologia e profissionais especializados para reconhecer padrões relacionados à fraude. Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros do Conselho de Administração em 24 de março de 2025. **Organização societária:** A Companhia, em 03 de outubro de 2024, após aprovação de seu Conselho de Administração, celebrou o Merger Agreement and Other Covnants com a Serasa Experian por meio do qual, dentre outras matérias, regularam a combinação de negócios da Companhia e da Serasa Experian. O Contrato prevê que a Operação será realizada por meio da incorporação da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia pela Serasa Experian, nos termos dos arts. 224, 225 e 252 da Lei das S.A. e da Resolução CVM nº 78, de 29.03.2022, com a consequente conversão da Companhia em subsidiária integral da Serasa Experian ("Incorporação de Ações"), e a emissão, pela Serasa Experian, de novas ações preferenciais compulsoriamente resgatáveis de três classes diferentes. Os principais termos da operação foram divulgados nos fatos relevantes em 04.10.2024 e 14.01.2025, e encontra-se no site de relações com investidores da Companhia (i.clear.sale). **2. Base de elaboração e apresentação:** **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado. O Grupo preparou as demonstrações financeiras partindo do pressuposto de continuidade operacional. A Administração declara que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e correspondem às utilizadas pela Administração em seu gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OPCF 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. **2.2. Demonstração do valor adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico OPC9 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS, emitidas pelo IASB, não requerem a apresentação dessa demonstração e, como consequência, essa demonstração está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** (a) **Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada entidade da Companhia determina sua moeda funcional e, naquelas cujas moeda funcional é diferente da moeda da entidade, as demonstrações financeiras são traduzidas para o Real na data de reporte. (b) **Taxas de câmbio:** As taxas de câmbio em reais em vigor na data-base das demonstrações financeiras são as seguintes: **Taxa final** **31/12/2024** **31/12/2023**  
 Dólar dos EUA (US\$) 6,1923 4,8413  
 Pesos argentinos (ARS) 0,006012 0,005992  
**Taxa média** **31/12/2024** **31/12/2023**  
 Dólar dos EUA (US\$) 6,0970 4,8972  
 Pesos argentinos (ARS) 0,00600 0,0091

(c) **Transações e saldos:** As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio de fechamento na data de reporte, sendo todas as diferenças registradas na demonstração do resultado. (d) **Empresas Controladas:** A Companhia controla, direta ou indiretamente, as seguintes entidades: **2.4. Base de elaboração e apresentação:** (a) **Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado. O Grupo preparou as demonstrações financeiras partindo do pressuposto de continuidade operacional. A Administração declara que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e correspondem às utilizadas pela Administração em seu gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OPCF 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. **2.2. Demonstração do valor adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico OPC9 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS, emitidas pelo IASB, não requerem a apresentação dessa demonstração e, como consequência, essa demonstração está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** (a) **Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada entidade da Companhia determina sua moeda funcional e, naquelas cujas moeda funcional é diferente da moeda da entidade, as demonstrações financeiras são traduzidas para o Real na data de reporte. (b) **Taxas de câmbio:** As taxas de câmbio em reais em vigor na data-base das demonstrações financeiras são as seguintes: **Taxa final** **31/12/2024** **31/12/2023**  
 Dólar dos EUA (US\$) 6,1923 4,8413  
 Pesos argentinos (ARS) 0,006012 0,005992  
**Taxa média** **31/12/2024** **31/12/2023**  
 Dólar dos EUA (US\$) 6,0970 4,8972  
 Pesos argentinos (ARS) 0,00600 0,0091

(c) **Transações e saldos:** As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio de fechamento na data de reporte, sendo todas as diferenças registradas na demonstração do resultado. (d) **Empresas Controladas:** A Companhia controla, direta ou indiretamente, as seguintes entidades: **2.4. Base de elaboração e apresentação:** (a) **Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado. O Grupo preparou as demonstrações financeiras partindo do pressuposto de continuidade operacional. A Administração declara que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e correspondem às utilizadas pela Administração em seu gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OPCF 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. **2.2. Demonstração do valor adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico OPC9 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS, emitidas pelo IASB, não requerem a apresentação dessa demonstração e, como consequência, essa demonstração está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** (a) **Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada entidade da Companhia determina sua moeda funcional e, naquelas cujas moeda funcional é diferente da moeda da entidade, as demonstrações financeiras são traduzidas para o Real na data de reporte. (b) **Taxas de câmbio:** As taxas de câmbio em reais em vigor na data-base das demonstrações financeiras são as seguintes: **Taxa final** **31/12/2024** **31/12/2023**  
 Dólar dos EUA (US\$) 6,1923 4,8413  
 Pesos argentinos (ARS) 0,006012 0,005992  
**Taxa média** **31/12/2024** **31/12/2023**  
 Dólar dos EUA (US\$) 6,0970 4,8972  
 Pesos argentinos (ARS) 0,00600 0,0091

(c) **Transações e saldos:** As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio de fechamento na data de reporte, sendo todas as diferenças registradas na demonstração do resultado. (d) **Empresas Controladas:** A Companhia controla, direta ou indiretamente, as seguintes entidades: **2.4. Base de elaboração e apresentação:** (a) **Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado. O Grupo preparou as demonstrações financeiras partindo do pressuposto de continuidade operacional. A Administração declara que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e correspondem às utilizadas pela Administração em seu gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OPCF 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. **2.2. Demonstração do valor adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico OPC9 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS, emitidas pelo IASB, não requerem a apresentação dessa demonstração e, como consequência, essa demonstração está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** (a) **Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada entidade da Companhia determina sua moeda funcional e, naquelas cujas moeda funcional é diferente da moeda da entidade, as demonstrações financeiras são traduzidas para o Real na data de reporte. (b) **Taxas de câmbio:** As taxas de câmbio em reais em vigor na data-base das demonstrações financeiras são as seguintes: **Taxa final** **31/12/2024** **31/12/2023**  
 Dólar dos EUA (US\$) 6,1923 4,8413  
 Pesos argentinos (ARS) 0,006012 0,005992  
**Taxa média** **31/12/2024** **31/12/2023**  
 Dólar dos EUA (US\$) 6,0970 4,8972  
 Pesos argentinos (ARS) 0,00600 0,0091

(c) **Transações e saldos:** As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio de fechamento na data de reporte, sendo todas as diferenças registradas na demonstração do resultado. (d) **Empresas Controladas:** A Companhia controla, direta ou indiretamente, as seguintes entidades: **2.4. Base de elaboração e apresentação:** (a) **Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado. O Grupo preparou as demonstrações financeiras partindo do pressuposto de continuidade operacional. A Administração declara que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e correspondem às utilizadas pela Administração em seu gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OPCF 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. **2.2. Demonstração do valor adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico OPC9 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS, emitidas pelo IASB, não requerem a apresentação dessa demonstração e, como consequência, essa demonstração está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** (a) **Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada entidade da Companhia determina sua moeda funcional e, naquelas cujas moeda funcional é diferente da moeda da entidade, as demonstrações financeiras são traduzidas para o Real na data de reporte. (b) **Taxas de câmbio:** As taxas de câmbio em reais em vigor na data-base das demonstrações financeiras são as seguintes: **Taxa final** **31/12/2024** **31/12/2023**  
 Dólar dos EUA (US\$) 6,1923 4,8413  
 Pesos argentinos (ARS) 0,006012 0,005992  
**Taxa média** **31/12/2024** **31/12/2023**  
 Dólar dos EUA (US\$) 6,0970 4,8972  
 Pesos argentinos (ARS) 0,00600 0,0091

(c) **Transações e saldos:** As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio de fechamento na data de reporte, sendo todas as diferenças registradas na demonstração do resultado. (d) **Empresas Controladas:** A Companhia controla, direta ou indiretamente, as seguintes entidades: **2.4. Base de elaboração e apresentação:** (a) **Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado. O Grupo preparou as demonstrações financeiras partindo do pressuposto de continuidade operacional. A Administração declara que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e correspondem às utilizadas pela Administração em seu gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OPCF 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. **2.2. Demonstração do valor adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico OPC9 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS, emitidas pelo IASB, não requerem a apresentação dessa demonstração e, como consequência, essa demonstração está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** (a) **Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada entidade da Companhia determina sua moeda funcional e, naquelas cujas moeda funcional é diferente da moeda da entidade, as demonstrações financeiras são traduzidas para o Real na data de reporte. (b) **Taxas de câmbio:** As taxas de câmbio em reais em vigor na data-base das demonstrações financeiras são as seguintes: **Taxa final** **31/12/2024** **31/12/2023**  
 Dólar dos EUA (US\$) 6,1923 4,8413  
 Pesos argentinos (ARS) 0,006012 0,005992  
**Taxa média** **31/12/2024** **31/12/2023**  
 Dólar dos EUA (US\$) 6,0970 4,8972  
 Pesos argentinos (ARS) 0,00600 0,0091

(c) **Transações e saldos:** As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio de fechamento na data de reporte, sendo todas as diferenças registradas na demonstração do resultado. (d) **Empresas Controladas:** A Companhia controla, direta ou indiretamente, as seguintes entidades: **2.4. Base de elaboração e apresentação:** (a) **Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado. O Grupo preparou as demonstrações financeiras partindo do pressuposto de continuidade operacional. A Administração declara que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e correspondem às utilizadas pela Administração em seu gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OPCF 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. **2.2. Demonstração do valor adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico OPC9 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS, emitidas pelo IASB, não requerem a apresentação dessa demonstração e, como consequência, essa demonstração está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** (a) **Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada entidade da Companhia determina sua moeda funcional e, naquelas cujas moeda funcional é diferente da moeda da entidade, as demonstrações financeiras são traduzidas para o Real na data de reporte. (b) **Taxas de câmbio:** As taxas de câmbio em reais em vigor na data-base das demonstrações financeiras são as seguintes: **Taxa final** **31/12/2024** **31/12/2023**  
 Dólar dos EUA (US\$) 6,1923 4,8413  
 Pesos argentinos (ARS) 0,006012 0,005992  
**Taxa média** **31/12/2024** **31/12/2023**  
 Dólar dos EUA (US\$) 6,0970 4,8972  
 Pesos argentinos (ARS) 0,00600 0,0091

(c) **Transações e saldos:** As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio de fechamento na data de reporte, sendo todas as diferenças registradas na demonstração do resultado. (d) **Empresas Controladas:** A Companhia controla, direta ou indiretamente, as seguintes entidades: **2.4. Base de elaboração e apresentação:** (a) **Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado. O Grupo preparou as demonstrações financeiras partindo do pressuposto de continuidade operacional. A Administração declara que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e correspondem às utilizadas pela Administração em seu gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OPCF 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. **2.2. Demonstração do valor adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico OPC9 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS, emitidas pelo IASB, não requerem a apresentação dessa demonstração e, como consequência, essa demonstração está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** (a) **Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada entidade da Companhia determina sua moeda funcional e, naquelas cujas moeda funcional é diferente da moeda da entidade, as demonstrações financeiras são traduzidas para o Real na data de reporte. (b) **Taxas de câmbio:** As taxas de câmbio em reais em vigor na data-base das demonstrações financeiras são as seguintes: **Taxa final** **31/12/2024** **31/12/2023**  
 Dólar dos EUA (US\$) 6,1923 4,8413  
 Pesos argentinos (ARS) 0,006012 0,005992  
**Taxa média** **31/12/2024** **31/12/2023**  
 Dólar dos EUA (US\$) 6,0970 4,8972  
 Pesos argentinos (ARS) 0,00600 0,0091

(c) **Transações e saldos:** As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio de fechamento na data de reporte, sendo todas as diferenças registradas na demonstração do resultado. (d) **Empresas Controladas:** A Companhia controla, direta ou indiretamente, as seguintes entidades: **2.4. Base de elaboração e apresentação:** (a) **Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado. O Grupo preparou as demonstrações financeiras partindo do pressuposto de continuidade operacional. A Administração declara que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e correspondem às utilizadas pela Administração em seu gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OPCF 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. **2.2. Demonstração do valor adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico OPC9 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS, emitidas pelo IASB, não requerem a apresentação dessa demonstração e, como consequência, essa demonstração está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** (a) **Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada entidade da Companhia determina sua moeda funcional e, naqu

→ continuação

de arrendamentos, contraaprestação contingente e instrumentos financeiros derivativos. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros negociados e passivos financeiros designados ao reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de compra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidas na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados ao reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. **Passivos financeiros ao custo amortizado:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento e dividendos a pagar contraindo e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraindo, sujeitos a juros. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados quando os passivos são reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.4. Imposto de renda e contribuição social: Tributos correntes:** A provisão para o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL está baseada no lucro tributável. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para IRPJ e CSLL é calculada individualmente pela Controladora e por suas controladas com base nas aliquotas vigentes no encerramento de cada exercício, sendo, exceto pela controlada localizada no exterior em que são observadas as aliquotas fiscais válidas para o país onde se situa essa controlada, o IRPJ e a CSLL da Controladora e da controlada localizada no Brasil calculado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 (base anual), para o imposto de renda e na alíquota de 9% sobre o lucro tributável para a CSLL e a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social tributada. **3.5. Tributos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Controladora e suas controladas apresentarão lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no encerramento de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera ser recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas aliquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que os valores sejam liquidados ou o ativo seja realizado, com base nas aliquotas previstas na legislação tributária vigente no encerramento de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultam da formação do lucro a Controladora e suas controladas, no encerramento de cada exercício, esperam recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Controladora ou suas controladas pretendem liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. Tributos sobre as vendas. Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto: • Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição de bens e serviços; ou • Quando os valores a serem recuperados não são recebidos e a pagar foram apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e • Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **3.5. Investimentos em controladas:** Nas demonstrações financeiras da controladora, são reconhecidos inicialmente pelo custo e posteriormente ajustado pelo método da equivalência patrimonial. **3.6. Imobilizado:** Demonstrado ao custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos ativos divulgadas na nota explicativa 10. O imobilizado é contabilizado líquido de créditos de PIS/COFINS e a contrapartida está registrada como impostos a recuperar. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o exercício em que incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Controladora. **3.7. Intangível: Programas de computador (software):** Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no encerramento de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Compreendem: (i) licenças de uso de sistemas computadorizados ("softwares"); e (ii) sistemas de gestão empresarial ("ERP"), incluindo os correspondentes gastos com implementação. As licenças de uso de sistemas computadorizados ("softwares"), incluindo os correspondentes gastos com implementação e de sistemas de gestão empresarial adquiridos, são capitalizados e amortizados também conforme a vida útil estimada dos valores, para a amortização de desenvolvimento de software, valor recuperável das despesas, quando incorridos. Os detalhes e a vida útil dos ativos estão descritos na nota explicativa 12. **Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos:** Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos. Os custos com desenvolvimento de um projeto específico, mais especificamente de softwares são reconhecidos como ativo intangível sempre que for provável a geração de benefícios econômicos futuros e a Companhia demonstrar os requisitos de: (i) a viabilidade técnica de concluir o ativo intangível da forma que estará disponível para uso ou venda; (ii) a intenção de concluir o ativo e a habilidade de usar ou vender o ativo; (iii) como o ativo gerará benefícios econômicos futuros; (iv) a disponibilidade de recursos para concluir o ativo; (v) a capacidade de avaliar de forma confiável os gastos incorridos durante a fase de desenvolvimento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo exercício dos benefícios econômicos futuros que são esperados. Quando o desenvolvimento de um ativo não é testado atualmente. Uma vez finalizado o projeto o ativo é testado sempre que identificamos indícios de perdas de seu valor recuperável. **3.8. Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros:** O imobilizado e outros ativos não financeiros são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não identificou indicadores de perda no valor recuperável de seus ativos não financeiros. **3.9. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Controladora e suas controladas têm uma obrigação presente, legal não formalizada, como resultado de eventos passados que é provável que uma saída de recursos seja requerida para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. A Controladora e suas controladas são parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja requerida para liquidá-los e uma estimativa razoável possa ser feita. **3.10. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As políticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. (iii) obrigações legais são reconhecidas quando os eventos, independentemente da avaliação, sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia eventualmente questionou a inconstitucionalidade de tributos. **3.11. Demais ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, são registrados ao valor presente, transação a transação, com base em taxas de valor que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido ativo ou passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do ativo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

**3.12. Benefícios a empregados: Benefícios de curto prazo a empregados - Participação nos resultados:** A Controladora e suas controladas reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados por parte dos colaboradores, a qual é vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. A Controladora e suas controladas reconhecem uma provisão quando estão contratualmente obrigadas ou há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. As provisões são mensuradas em uma base não descontada e incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **Planos de Incentivo de Longo Prazo - ILP - Transações líquidas com serviços patrimoniais:** Para os participantes dos planos da Controladora e suas controladas, o valor justo das ações concedidas, determinado na data da outorga, é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido. **Phantom shares - Transações líquidas com caixa:** Um passivo é reconhecido ao valor justo da transação liquidada com caixa. O valor justo é mensurado inicialmente e a cada data de reporte até a data de liquidação, com a variação no valor justo reconhecido como despesa na demonstração do resultado (nota explicativa 21). O valor justo é reconhecido como despesa ao longo do exercício até a data de aquisição, com o reconhecimento de um passivo correspondente. O valor justo é determinado com base no modelo Monte Carlo. O método utilizado para reconhecer as condições de aquisição de direito na mensuração de transações a ser liquidadas com títulos patrimoniais também se aplica às transações liquidadas com caixa. **3.13. Reconhecimento da receita de contratos com clientes:** A Companhia e suas controladas reconhecem receita de serviços antifraude nas transações de vendas eletrônicas de seus clientes, quando cumpridas as obrigações de performance, de acordo com o CPC 47, ao longo do prazo do contrato em que o serviço é prestado. As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas abaixo: **Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas:** Existem 2 tipos principais de contrato: a. Cobrança por percentual por transação: modalidade de contrato onde o cliente irá pagar um percentual definido sobre cada transação que for avaliada pela Companhia. b. Cobrança por valor fixo por transação: modalidade de contrato onde o cliente irá pagar um valor fixo sobre cada transação que for avaliada pela Companhia. **Reconhecimento da receita:** A receita é reconhecida mensalmente pela apuração dos valores incorridos, podendo haver valores futurados e a futurar, dependendo da data de corte de cada contrato/cliente. **Rebates:** A Companhia oferece abatimentos ou reembolsos caso o volume de fraudes não identificadas seja maior do que o previsto em contrato. Os abatimentos são compensados com valores a receber dos clientes. A Companhia aplica o método do valor mais provável para estimar contraaprestação variável em um contrato. O método de melhor estimativa de contraaprestação variável é identificado principalmente pelo número de metas de volume de fraudes não identificadas previstas em contrato. Em seguida, a Companhia aplica os requisitos sobre estimativas de contraaprestação variável restritas para determinar o montante da contraaprestação variável que pode ser incluída no preço da transação e, consequentemente, reconhecida a receita. Uma provisão para restituição é reconhecida para os abatimentos futuros esperados. **Bônus de vendas:** A Companhia paga bônus de vendas aos seus funcionários para cada contrato que obtiverem. Desta forma, a Companhia, aplica o expediente prático de reconhecer imediatamente nas despesas, os custos para obtenção de contrato se o período de amortização do ativo que seria reconhecido teria sido inferior ou igual a um ano. Assim, os bônus de vendas são reconhecidos imediatamente em despesas e incluídas como parte de benefícios a empregados. **3.14. Segmento operacional:** A Administração da Companhia considera que há um único segmento operacional, soluções e serviços de análise de transações para prevenção e gestão de fraude, de modo que as análises e os serviços de análise de transações para prevenção e gestão de fraude, de acordo com o CPC 47, ao longo do prazo do contrato em que o serviço é prestado. As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas abaixo: **Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas:** Existem 2 tipos principais de contrato: a. Cobrança por percentual por transação: modalidade de contrato onde o cliente irá pagar um percentual definido sobre cada transação que for avaliada pela Companhia. b. Cobrança por valor fixo por transação: modalidade de contrato onde o cliente irá pagar um valor fixo sobre cada transação que for avaliada pela Companhia. **Reconhecimento da receita:** A receita é reconhecida mensalmente pela apuração dos valores incorridos, podendo haver valores futurados e a futurar, dependendo da data de corte de cada contrato/cliente. **Rebates:** A Companhia oferece abatimentos ou reembolsos caso o volume de fraudes não identificadas seja maior do que o previsto em contrato. Os abatimentos são compensados com valores a receber dos clientes. A Companhia aplica o método do valor mais provável para estimar contraaprestação variável em um contrato. O método de melhor estimativa de contraaprestação variável é identificado principalmente pelo número de metas de volume de fraudes não identificadas previstas em contrato. Em seguida, a Companhia aplica os requisitos sobre estimativas de contraaprestação variável restritas para determinar o montante da contraaprestação variável que pode ser incluída no preço da transação e, consequentemente, reconhecida a receita. Uma provisão para restituição é reconhecida para os abatimentos futuros esperados. **Bônus de vendas:** A Companhia paga bônus de vendas aos seus funcionários para cada contrato que obtiverem. Desta forma, a Companhia, aplica o expediente prático de reconhecer imediatamente nas despesas, os custos para obtenção de contrato se o período de amortização do ativo que seria reconhecido teria sido inferior ou igual a um ano. Assim, os bônus de vendas são reconhecidos imediatamente em despesas e incluídas como parte de benefícios a empregados.

**3.15. Arrendamentos:** Ativos de direito de uso: A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remuneração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representará o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Os custos de manutenção de ativos de direito de uso são reconhecidos sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas abaixo: **Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas:** Existem 2 tipos principais de contrato: a. Cobrança por percentual por transação: modalidade de contrato onde o cliente irá pagar um percentual definido sobre cada transação que for avaliada pela Companhia. b. Cobrança por valor fixo por transação: modalidade de contrato onde o cliente irá pagar um valor fixo sobre cada transação que for avaliada pela Companhia. **Reconhecimento da receita:** A receita é reconhecida mensalmente pela apuração dos valores incorridos, podendo haver valores futurados e a futurar, dependendo da data de corte de cada contrato/cliente. **Rebates:** A Companhia oferece abatimentos ou reembolsos caso o volume de fraudes não identificadas seja maior do que o previsto em contrato. Os abatimentos são compensados com valores a receber dos clientes. A Companhia aplica o método do valor mais provável para estimar contraaprestação variável em um contrato. O método de melhor estimativa de contraaprestação variável é identificado principalmente pelo número de metas de volume de fraudes não identificadas previstas em contrato. Em seguida, a Companhia aplica os requisitos sobre estimativas de contraaprestação variável restritas para determinar o montante da contraaprestação variável que pode ser incluída no preço da transação e, consequentemente, reconhecida a receita. Uma provisão para restituição é reconhecida para os abatimentos futuros esperados. **Bônus de vendas:** A Companhia paga bônus de vendas aos seus funcionários para cada contrato que obtiverem. Desta forma, a Companhia, aplica o expediente prático de reconhecer imediatamente nas despesas, os custos para obtenção de contrato se o período de amortização do ativo que seria reconhecido teria sido inferior ou igual a um ano. Assim, os bônus de vendas são reconhecidos imediatamente em despesas e incluídas como parte de benefícios a empregados.

**3.16. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024:** As seguintes normas que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2024 não tiveram impacto significativo no Grupo:

Norma	Descrição	Impacto
<b>Pronunciamento Alterações à IAS 1</b>	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	
<b>Alterações à IAS 7</b>	Acordos de financiamento de fornecedores	
<b>Alterações à IFRS 16</b>	Passivo de arrendamento em um a transação de "Sale and Leaseback"	

**Normas e Interpretações Novas e Revisadas já Emitidas e ainda Não Vigentes:** Grupo não adotou antecipadamente as IFRS revisadas, já emitidas e ainda não vigentes, a seguir:

Norma	Descrição	Impacto
<b>Pronunciamento Alterações à IFRS 10 e IAS 28</b>	Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	
<b>IFRS 18</b>	Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras	01/01/2027

A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as informações financeiras do Grupo em períodos futuros. **4. Principais transações ocorridas em 2024:** **Abertura da Clear Sale Argentina S.R.L.:** Em 14 de junho de 2024 a Companhia realizou abertura da filial na cidade de Buenos Aires - Argentina, alinhada à estratégia de ampliar a presença geográfica, e fortalecer a capacidade de atender os clientes locais. Em conformidade com os requisitos legais e regulatórios da Argentina, o Capital Social a integralizar será no montante de \$ 500 (quinhentos mil pesos argentinos (ARS)), equivalente a R\$ 3, a serem subscritos pela Clear Sale S.A. (95%) e ClearSale LLC (5%).

**5. Caixa e equivalentes de caixa:**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações financeiras de liquidez imediata	350.246	379.206
Bancos	5	1
Caixa	3	4
	<b>350.254</b>	<b>379.251</b>

As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e fundos de investimentos não exclusivos, ambos títulos de resgate garantida, remunerados pela variação da taxa CDI - Certificado de Depósito Interbancário e são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas à baixa volatilidade. Em 31 de dezembro de 2024, a rentabilidade média foi de 102,93% do CDI (103,23% em 31 de dezembro de 2023).

**6. Aplicações financeiras:**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
CDB	1.798	5.261
Todos os montantes registrados sem a possibilidade de resgate imediato.		1.813
		5.370

**7. Contas a receber:**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo a vencer	74.453	69.221
Saldo vencido:		
De 1 a 90 dias	4.490	6.042
De 90 a 180 dias	597	2.333
Acima de 180 dias	5.384	12.267
	<b>84.924</b>	<b>89.863</b>

(i) A Companhia presta serviços cujos preços estão atrelados a medições realizadas em cada período de prestação, os registros destes custos são efetuados por competência e a emissão de NFS-e pode ocorrer em período subsequente devido ao fechamento do mês. (ii) Para reduzir o risco de crédito, a Companhia acompanha permanentemente o saldo devedor de seus clientes e registra provisão para

**8. Tributos a recuperar:**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Imposto sobre a renda das pessoas jurídicas ("IRPJ")/ Contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") a compensar (i)	3.263	18.062
Imposto de renda retido na fonte (ii)	6.637	7.845
Programa de integração social ("PIS")/Contribuição para o financiamento da seguridade social ("COFINS") a compensar	941	1.085
Outros impostos a recuperar (iii)	53	118
	<b>10.894</b>	<b>27.110</b>
	<b>10.894</b>	<b>27.110</b>

Circulante  
Não circulante  
(i) Trata-se de créditos oriundos de: a) benefícios fiscais; e b) créditos de saldos negativos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. Durante o ano de 2024 a Companhia utilizou aproximadamente R\$ 25 milhões dos créditos de saldos negativos realizando a compensação de impostos a recolher do período. (ii) Composto principalmente por impostos a recuperar referente a aplicações financeiras. (iii) No saldo consolidado, trata-se de crédito fiscal estrangeiro.

**9. Partes relacionadas:** a) Saldos com partes relacionadas: As transações entre partes relacionadas mais relevantes são entre a Controladora e a ClearSale LLC e referem-se à cobrança de custo de pessoal.

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Ativo		
Clearsale LLC - Não circulante (i)	3.060	16.427
	<b>3.060</b>	<b>16.427</b>

**Passivo**  
Clearsale LLC - Não circulante (i)

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
	6.206	2.656
	<b>6.206</b>	<b>2.656</b>

(i) Refere-se à receita de intercompra auferida pela prestação de serviços entre as empresas. No quarto trimestre de 2024 ocorreu liquidação parcial do saldo de partes relacionadas entre Controladora e ClearSale LLC mediante aumento de capital (R\$ 36.411) conforme nota explicativa 10.

**Resultado**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida (ii)	18.737	24.492
Custo dos serviços prestados (ii)	-	(12.066)
Gerais e administrativas e com vendas	(3.550)	(2.656)
	<b>15.187</b>	<b>9.800</b>

(ii) Trata-se de uma receita obtida na venda de prestação de serviço, onde a controlada recebe na forma de custo para suportar a operação.

b) Remuneração da Administração:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Salários, encargos e benefícios	7.284	8.276
Bônus e Participações no resultado	3.638	1.935
Remuneração baseada em ações	3.653	5.280
	<b>14.575</b>	<b>15.491</b>

O programa de Bônus e participações no resultado objetiva o alinhamento dos interesses dos executivos e da Companhia e seus acionistas. É regido por metas que abrangem todos os Diretores com indicadores básicos para garantir crescimento e sustentabilidade da Companhia. Esta remuneração é reconhecida como passivo e uma despesa de participação nos resultados, com base em metodologia que considera a estimativa de cumprimento de tais metas. **10. Investimentos em controladas:** a) Investimentos: A movimentação dos investimentos em empresas controladas é demonstrada abaixo: Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

	Saldo 31/12/2023	Resultado de equivalência patrimonial (i)	Aumento de capital (ii)	Instrumentos patrimoniais outorgados	Variação cambial	Saldo 31/12/2024
Clearsale LLC	40.291	(19.085)	40.601	(4.288)	9.284	66.803
Clear Sale Argentina S.R.L.	-	(22)	4	-	-	(18)
	<b>40.291</b>	<b>(19.107)</b>	<b>40.605</b>	<b>(4.288)</b>	<b>9.284</b>	<b>66.785</b>

(i) O resultado de equivalência patrimonial na demonstração de resultado da controladora é composto pelo resultado de equivalência patrimonial.

(ii) Aumento se deu principalmente em função da liquidação do saldo de partes relacionadas entre Controladora e ClearSale LLC referente à operação de compartilhamento de despesas (Cost Sharing) no montante de R\$ 36.411. O valor de R\$ 4.190 refere-se a aumento através de caixa.

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

	Saldo 31/12/2022	Amortização da carteira de clientes	Resultado de equivalência patrimonial (i)	Aumento de capital (ii)	Instrumentos patrimoniais outorgados	Variação cambial	Incorporação	Saldo 31/12/2023
Clearsale LLC	5.686	-	(30.023)	65.365	814	(1.551)	-	40.291
Beta Learning	50.839	(851)	895	-	-	(50.883)	-	40.291
	<b>56.525</b>	<b>(851)</b>	<b>(29.128)</b>	<b>65.365</b>	<b>808</b>	<b>(1.545)</b>	<b>(50.883)</b>	<b>40.291</b>

(i) O resultado de equivalência patrimonial na demonstração de resultado da controladora é composto pelo resultado de equivalência patrimonial, adicionado o montante de amortização da carteira de clientes.

(ii) Aumento se deu principalmente em função da liquidação do saldo de partes relacionadas entre Controladora e ClearSale LLC referente à operação de compartilhamento de despesas (Cost Sharing) no montante de R\$14.389. O valor de R\$16.111 refere-se a aumento através de caixa.

Em 31 de dezembro de 2024:

	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício	Total do ativo	Receita líquida
Clearsale LLC	66.803	(19.085)	87.414	60.139

Em 31 de dezembro de 2023:

	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício	Total do ativo	Receita líquida
Clearsale LLC	40.291	(30.023)	70.651	69.222

Como controlada indireta, a Companhia possui investimento de 100% na empresa ChargeBackOps, que foi adquirida em 26 de janeiro de 2022.

**11. Imobilizado:**

	Controladora
	31/12/2024
Taxa média a.a.	
31/12/2023	
Adições	
Baixas (i)	
31/12/2024	

**Custo**  
Móveis e utensílios 40 12 - 52  
Equipamentos de informática 24.408 14 (6.787) 17.635  
Máquinas e equipamentos 260 - - 260  
Aparelhos telefônicos e celulares 569 - (5) 564  
Benefitárias em bens de terceiros 6.421 39 - 6.460  
**Total 31.698 65 (6.792) 24.971**

**Depreciação acumulada**  
Móveis e utensílios 10,42% (31) (3) - (34)  
Equipamentos de informática 25,92% (17.778) (3.989) 6.225 (15.542)  
Máquinas e equipamentos 10,00% (63) (26) - (89)  
Aparelhos telefônicos e celulares 30,18% (405) (129) 5 (529)  
Benefitárias em bens de terceiros 20,00% (1.053) (1.291) - (2.344)  
**Total (19.330) (5.438) 6.230 (18.538)**

→ continuação

Controladora e Consolidado					
	Taxa média a.a.	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023
<b>Custo</b>					
Ativo de direito de uso (imóveis)		5.517	-	(2.364)	3.153
Ativo de direito de uso (software) (i)		-	15.749	-	15.749
<b>Total</b>		<b>5.517</b>	<b>15.749</b>	<b>(2.364)</b>	<b>18.902</b>
<b>Amortização acumulada</b>					
Ativo de direito de uso (imóveis)	12,99%	(2.247)	(733)	2.280	(700)
Ativo de direito de uso (software) (i)	33,33%	-	(1.935)	-	(1.935)
<b>Total</b>		<b>(2.247)</b>	<b>(2.668)</b>	<b>2.280</b>	<b>(2.635)</b>
<b>Direito de uso</b>		<b>3.270</b>	<b>13.081</b>	<b>(84)</b>	<b>16.267</b>

(i) Refere-se a contrato de direito de uso junto a Microsoft, conforme nota explicativa 16.  
**14. Outros ativos:**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Despesas antecipadas (i)	4.043	9.366
Adiantamentos a empregados	2.914	2.579
Depósitos judiciais	2.442	2.282
Adiantamentos a fornecedores	739	968
Outros créditos	155	129
<b>Total</b>	<b>10.293</b>	<b>15.324</b>
Circulante	7.839	13.030
Não circulante	2.454	2.294

(i) Trata-se de contratos com fornecedores referente a licenças, seguros e bases de dados. Os montantes constantes nessas rubricas são reconhecidos no resultado da Companhia conforme a vigência dos contratos.

**15. Empréstimos e financiamentos:**

Controladora e Consolidado				
	Taxa	Taxa média de juros (a.a.)	31/12/2024	31/12/2023
Operação 4131 - Santander	Pré-fixada	10,82%	1.666	12.593
Operação 4131 - Citibank (i)	Pré-fixada	7,95%	-	1.503
Capital de giro - Itaú	Pós-fixada	CDI + 3,50%	-	10.968
Cartão BNDES - Bradesco	Pré-fixada	16,08%	-	8
<b>Total</b>			<b>1.666</b>	<b>25.072</b>
Circulante			1.666	23.405
Não circulante			-	1.667

(i) Operação em dólar.  
 A movimentação dos empréstimos e financiamentos individual e consolidado é demonstrada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Saldo em 31 de dezembro 2022</b>	<b>59.123</b>	<b>59.123</b>
Juros incorridos	7.644	7.644
Amortizações de principal	(33.514)	(33.514)
IOF Incorrido	(265)	(265)
Pagamento de juros	(8.276)	(8.276)
<b>Saldo em 31 de dezembro 2023</b>	<b>25.072</b>	<b>25.072</b>
Juros incorridos	3.432	3.432
Amortizações de principal	(20.973)	(20.973)
IOF Incorrido	(129)	(129)
Pagamento de juros	(5.736)	(5.736)
<b>Saldo em 31 de dezembro 2024</b>	<b>1.666</b>	<b>1.666</b>

**Cédula de crédito bancário - Santander** - refere-se a empréstimos em reais para financiamento da operação da Companhia. Os pagamentos são divididos em 48 parcelas e possuem como garantia de contrato de principal de prestação de serviços entre as partes.

**16. Passivo de arrendamento:**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Passivo de arrendamento	8.906	8.446
Juros sobre arrendamento	(1.150)	(1.893)
<b>Circulante</b>	<b>7.756</b>	<b>6.553</b>
Passivo de arrendamento	4.000	10.767
Juros sobre arrendamento	(531)	(1.512)
<b>Não circulante</b>	<b>3.469</b>	<b>9.255</b>
<b>Total</b>	<b>11.225</b>	<b>15.808</b>

Abaixo segue a movimentação do exercício:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
<b>Saldo inicial</b>	<b>15.808</b>	<b>3.582</b>
Adição	398	15.749
Baixa	(257)	(229)
Encargos financeiros	27.698	27.698
Pagamento	(135)	(334)
<b>Saldo</b>	<b>(6.750)</b>	<b>(4.711)</b>
Compromissos futuros:	11.225	15.808

Descrição	Controladora e Consolidado			
	2024	2025	2026	2027 e após
Inflação projetada	4,90%	4,96%	4,01%	3,83%
Fluxo de pagamentos	8.319	1.939	2.218	12.476

A taxa média utilizada pela Companhia foi de 14,60%a.a.

**17. Fornecedores:**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores nacionais	27.698	19.990
Fornecedores estrangeiros	135	9.815
<b>Total</b>	<b>27.833</b>	<b>29.805</b>

A controladora e suas subsidiárias não possuem e/ou não oferecem a seus fornecedores operações de risco sacado.

**18. Tributos a recolher:**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Pis/Cofins a pagar	1.456	1.592
Contribuição previdenciária sobre receita bruta	1.504	2.061
ISS a recolher	1.281	1.333
Outros impostos	204	804
<b>Total</b>	<b>4.445</b>	<b>5.790</b>

**19. Salários e encargos sociais:**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Provisão de férias	20.282	20.550
Participações nos lucros ou resultados a pagar	29.225	19.852
Provisão de encargos sobre férias	3.146	3.181
Encargos de pagamento baseado em ações (i)	4.733	3.080
IRRF a recolher	6.124	5.217
INSS a recolher	2.452	2.448
FGTs a recolher	2.416	2.463
Consignado a repassar	330	315
Salários a pagar (ii)	6.261	6.261
Demais encargos	21	19
<b>Total</b>	<b>74.990</b>	<b>57.754</b>

(i) Refere-se a valores de provisão de encargos sobre os programas de remunerações em ações.  
 (ii) A partir do exercício de 2024 os pagamentos de salários são efetivados no 1º dia útil do mês subsequente

**20. Provisões:**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para bônus de vendas	6.915	1.967
Provisão para rebates	5.592	3.931
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	654	275
Outras provisões	259	214
<b>Total</b>	<b>13.420</b>	<b>6.387</b>

Circulante 12.766, Não circulante 654. A Companhia paga bônus de vendas aos seus funcionários para cada contrato que obtiverem. Desta forma, a Companhia aplica o expediente prático de reconhecer imediatamente nas despesas, os custos para obtenção de contrato se o exercício de amortização do ativo que seria reconhecido teria sido inferior ou igual a um ano. Assim, os bônus de vendas são reconhecidos imediatamente em despesas e incluídas como parte de benefícios a empregados. **Provisão para rebates:** A Companhia oferece um produto, onde constam abatimentos ou descontos para os seus clientes caso o volume de fraudes não identificadas seja maior do que o previsto em contrato. Na ocorrência de vendas em que ocorreram fraudes não identificadas pela Companhia, o mesmo valor da transação é provisionado para posterior reembolso ou abatimento a ser compensado com valores a receber do cliente. **Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas:** Os processos judiciais com estimativas de perdas possíveis, não provisionadas, por natureza, representam os seguintes montantes:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhista (i)	5.392	3.222
Tributário	4.016	3.865
Cível	1.065	521
<b>Total</b>	<b>10.473</b>	<b>7.608</b>

(i) No exercício a Companhia teve aumento nas contingências trabalhistas possíveis causada principalmente por novos processos e atualizações dos valores já existentes no exercício anterior. **21. Programas de incentivos de Longo Prazo baseado em ações:** Em 31 de dezembro de 2024, a Controladora possui registrados montantes relativos a Programas de Incentivos de Longo Prazo baseado em ações outorgados em exercícios anteriores, assim divididos: 1. ILP1 A - Programa de Ações Restritas: dois programas de ações restritas antigos de 2016 a 2021, com distribuições encerradas. 2. ILP1 B - Programa 2022/2025: Programa de ações restritas aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em fevereiro de 2022 e aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em abril de 2022. 3. ILP2 - Programa de opções de compra de Ações 2021/2024, aprovado pelo Conselho de Administração em 31 de maio de 2021 e aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em 31 de maio de 2021. 4. Programa de Phantom Shares da ClearSale LLC 2021/2024 aprovado pelo Conselho de Administração em dezembro de 2021. Os benefícios advindos dos programas estão condicionados a performance ou ao preço da ação e foram calculados com base e metodologias para análise das estimativas. Abaixo demonstrativo de quantidade, métricas e movimentação de cada plano:

Quantidades de ações:	Controladora e Consolidado				Consolidado	
	ILP1 A e ILP1 B	ILP2	Phantom shares	Phantom shares	Phantom shares	Phantom shares
	Quantidades (RS) (i)	MPPA (RS) (ii)	Quantidades (RS) (i)	MPPA (RS) (ii)	Quantidades (RS) (i)	MPPA (RS) (ii)
<b>31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.930.540</b>	<b>5.26</b>	<b>3.964.308</b>	<b>7.43</b>	<b>5.598</b>	<b>149.85</b>
Concedidas	1.241.136	5,99	-	-	-	-
Canceladas	(139.766)	-	(343.034)	-	-	-
Exercidas	(770.264)	5,47	-	-	-	-
Transferências	232.235	(232,237)	-	-	-	-
<b>31 de dezembro de 2023</b>	<b>2.493.881</b>	<b>3,96</b>	<b>3.389.037</b>	<b>7,74</b>	<b>5.598</b>	<b>120.22</b>
Concedidas	1.020.528	6,52	-	-	-	-
Canceladas	(180.860)	-	-	-	-	-
Exercidas	(331.248)	7,37	-	-	-	-
<b>31 de dezembro de 2024</b>	<b>3.002.301</b>	<b>12,27</b>	<b>3.389.037</b>	<b>7,74</b>	-	-

(i) MPPA - Média ponderada do preço da ação. (ii) MPPE - Média ponderada do preço de exercício. (iii) MPPQ - Média ponderada do preço da quota. (iv) Uma quota é equivalente a 1000 Phantom Shares.

	Programa de Ações Restritas com Condições de Performance 2016/2021 (ILP1 A)	Programa de Ações Restritas com critérios de performance 2022/2025 (ILP1 B)	Programa de Opção de Compra de Ações (ILP2) 2021/2024	Phantom Shares da ClearSale LLC 2021/2024
<b>Vigência:</b>	3 anos (2023) - sem novas outorgas previstas	4 anos (2025) ou teto de diluição	3 anos (2024) ou teto de diluição	3 anos (2024) ou teto de diluição
<b>Volatilidade média</b>	46%	52%	50%	N/A
<b>Termos e Condições:</b>	Aquisição de ações com PLR e matching -50% PLR -> Matching de 1,34x -33% PLR -> Matching de 1,0x	Múltiplo de salário em ações - Retenção: 50% das ações outorgadas após Prazo de Carência (3 anos) - Performance: 50% das ações outorgadas sujeitas a Condições de Performance	Stock Option com mega-grant	Múltiplo de salário em Phantom Shares - Performance: Recebe de acordo com o atingimento da meta de receita da ClearSale LLC.
<b>Vesting:</b>	4 anos da outorga	3 anos da outorga	Até 5 anos da outorga, 20% ao ano	3 anos da outorga
<b>Prazo de exercício:</b>	NA	NA	10 anos da outorga	NA
<b>Pricing:</b>	Preço médio ponderado pelo volume de 30 dias	Preço médio ponderado pelo volume de 30 dias	O preço da opção é definido no momento da outorga inicial (mega grant)	O preço da Phantom share é definido pela valuation da ClearSale LLC feito por uma consultoria independente.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias da Clear Sale S.A.**  
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Movimentação:**  
 Movimentações dos programas Ações Restritas Antigos de 2016 e 2021 e Ações Restritas 2022/2025 (ILP 1 A ILP1 B)

	Controladora	Consolidado
<b>Saldo 31 de dezembro de 2022</b>	<b>3.808</b>	<b>5.965</b>
Constituição de provisão	2.662	3.617
Reversão de provisão	(4.241)	(7.310)
<b>Saldo 31 de dezembro de 2023</b>	<b>2.229</b>	<b>2.272</b>
Constituição de provisão	16.633	16.905
Reversão de provisão	(2.837)	(3.152)
<b>Saldo 31 de dezembro de 2024</b>	<b>16.025</b>	<b>16.025</b>
Circulante	7.567	7.567
Não Circulante	8.458	8.458

O aumento significativo nos saldos dos programas de incentivos de longo prazo baseado em ações foi impactado principalmente pela variação positiva das ações da Clear Sale durante o exercício de 2024. A movimentação dos instrumentos patrimoniais outorgados do programa 2021/2024 (ILP2) está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
<b>31 de dezembro de 2022</b>	<b>11.267</b>	<b>11.267</b>
Constituição de provisão	2.634	2.634
<b>Saldo 31 de dezembro de 2023</b>	<b>13.901</b>	<b>13.901</b>
Constituição de provisão	3.085	3.085
<b>31 de dezembro de 2024</b>	<b>16.986</b>	<b>16.986</b>

**22. Patrimônio líquido: 22.1. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 o capital social da Companhia era de R\$789.380 totalmente subscrito e integralizado, representado por 187.926.060 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 225.511.272 ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração. **22.2. Reserva de lucros:** Do saldo do lucro líquido do exercício, 5% serão destinados à reserva legal até que atingidos os limites legais. Do saldo: (a) 25%, serão destinados ao pagamento do dividendo obrigatório; e (b) o lucro remanescente poderá ser (i) retido com base em orçamento de capital, nos termos do Artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; e/ou (ii) destinado à reserva estatutária denominada "Reserva de Investimentos", que terá por fim assegurar a manutenção do nível de capitalização, a expansão das atividades sociais e/ou o reforço do capital de giro da Companhia, suas controladas e/ou coligadas e que não poderá ultrapassar o valor do capital social. O saldo das reservas de lucros, com as exceções legais, não excederá o valor do capital social. O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, que não seja destinado, será capitalizado ou distribuído aos acionistas como dividendo. Em dezembro de 2024 não foi constituída reserva.

**22.3. Resultado por ação: a) Básico**

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

	Controladora e Consolidado	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
<b>Numerador</b>			
<b>Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas do Grupo</b>		(28.610)	(28.005)
<b>Denominador</b>			
<b>Média ponderada da quantidade de ações ordinárias para o resultado básico por ação (em milhares)</b>		187.926	187.926
<b>Prejuízo por ação total (expresso em R\$ por ação) - básico</b>		(0,1522)	(0,1490)

**b) Diluído**  
 Os impactos dos planos de opções de ações poderiam potencialmente diluir o resultado por ação básico no futuro. Estes efeitos não foram incluídos no cálculo do resultado por ação diluído do exercício uma vez que a Companhia apresentou prejuízo.

	Controladora e Consolidado	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
<b>Numerador</b>			
<b>Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas do Grupo</b>		(28.610)	(28.005)
<b>Denominador</b>			
<b>Média ponderada da quantidade de ações ordinárias para o resultado básico por ação (em milhares)</b>		187.926	187.926
<b>Prejuízo diluído por ação - RS - sem efeito diluivo decorrente de prejuízo</b>		(0,1522)	(0,1490)

**23. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
<b>23.1. Ativo e passivo fiscal diferido</b>		
Ativo		
Plano de incentivo de longo prazo	13.663	9.425
Provisão para perda de créditos esperadas	2.075	4.823
Provisão contas a pagar	3.693	5.068
Provisão de Participação nos lucros ou resultados	9.937	6.750
Provisão para bônus de vendas	2.351	669
Provisão para garantia	1.901	1.337
Depreciação de ativos imobilizados	60	107
Outras provisões	222	93
Resultado com derivativo	-	3.038
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	8.075	2.028
<b>Total</b>	<b>41.977</b>	<b>33.338</b>

Passivo

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Amortização fiscal	7.766	13.995
Combinação de negócios (mais valia)	(147)	-
Amortização ágio - incorporação Beta (i)	4.771	1.325
Amortização do direito de uso	(205)	156
Outros	113	60
<b>Total</b>	<b>12.298</b>	

<p>→ <b>continuação</b></p>		<p><b>Clear Sale S.A.</b></p>	
<p><b>Diretores</b></p>		<p><b>Contador</b></p>	
<p><b>Eduardo Ferraz de Campos Mônaco - CEO</b></p>		<p><b>Alexandre Mafra Guimarães - CFO</b></p>	
<p><b>Paulo Cesar Picolli - CRC 1SP-165645/O-6</b></p>			
<p><b>Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia</b></p>			
<p>Em conformidade com o parágrafo 1º, inciso VI, do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 16 de março de 2022, os Diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício de 2023 (DFP 2023) encerradas em 31 de dezembro de 2024</p>			
<p>Barueri, 19 de março de 2025</p>			
<p>Eduardo Ferraz de Campos Mônaco - CEO; Alexandre Mafra Guimarães - CFO; Renan Shigueo Ikemoto - Diretor de Relação com Investidores; Maria Isabel Tavares - Diretora Jurídica e Governança Corporativa</p>			
<p><b>Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente</b></p>			
<p>Em conformidade com o parágrafo 1º, inciso V, do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 16 de março de 2022, os Diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com a conclusão expressa no relatório dos auditores independentes sobre a revisão das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício de 2024 (DFP 2024) encerrado em 31 de dezembro de 2024.</p>			
<p>Barueri, 19 de março de 2025</p>			
<p>Eduardo Ferraz de Campos Mônaco - CEO; Alexandre Mafra Guimarães - CFO; Renan Shigueo Ikemoto - Diretor de Relação com Investidores; Maria Isabel Tavares - Diretora Jurídica e Governança Corporativa</p>			
<p><b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b></p>			
<p>Aos acionistas da <b>Clear Sale S.A.</b> Barueri - SP <b>Opinião</b> Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Clear Sale S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). <b>Base para opinião</b> Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. <b>Principais assuntos de auditoria</b> Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. <b>Ágio por expectativa de rentabilidade futura</b> A Companhia é requerida a testar anualmente a recuperabilidade dos valores registrados como ativos intangíveis de vidas úteis indefinidas que são ágio por expectativa de rentabilidade futura. Em 31 de dezembro de 2024, o ágio por expectativa de rentabilidade futura registrado no balanço patrimonial da Companhia era de R\$ 46.780mil e R\$ 67.024mil, individual e consolidado respectivamente, como divulgado na Nota 12 às demonstrações financeiras. Esse item foi considerado como um principal assunto de nossa auditoria, tendo em vista que o processo de avaliação da recuperabilidade do ágio é complexo e envolve alto grau de subjetividade, bem como, é baseado em diversas premissas tais como: determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia e suas controladas para vários anos futuros. Tais premissas poderão ser afetadas, de forma relevante, pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais ainda não podem ser estimados com precisão. <b>Como nossa auditoria conduziu esse assunto</b> Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, (i) a avaliação das políticas relacionadas a constituição do ágio e análise anual de expectativa referentes a aspectos contábeis; (ii) obtenção das projeções de rentabilidade futura elaboradas pela diretoria da Companhia; (iii) análise da objetividade e do conhecimento dos preparadores das projeções de rentabilidade futura; (iv) envolvimento de nossos especialistas em avaliação para nos auxiliar na análise das premissas das projeções de rentabilidade futura determinadas pela diretoria da Companhia; e (v) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras foram apropriadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o ágio por expectativa de rentabilidade futura, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. <b>Capitalização de custos de desenvolvimento de software</b> A Companhia realiza o desenvolvimento de produtos novos ou substancialmente aprimorados para integrar soluções e serviços de análise de transações para prevenção e gestão de fraude para seus clientes atuais e novos clientes potenciais. Os gastos com mão de obra que são diretamente atribuíveis a incrementos contínuos nos softwares para melhor a integração com plataformas, otimizar o desempenho, garantir segurança e personalização ao desenvolvimento desses produtos como intangível pela Companhia.</p>		<p>A capitalização é realizada pela Companhia, somente quando todos os seguintes elementos estiverem presentes: (i) viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso; (ii) intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo; (iii) o ativo intangível deverá gerar benefício econômico futuro, com utilidade para uso interno e (iv) capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento. Esse assunto foi considerado principal assunto de auditoria, devido ao grau de julgamento envolvido na determinação dos gastos que serão capitalizados pela Companhia, que deverá demonstrar que os critérios estabelecidos para capitalização de custos de desenvolvimentos de software foram atendidos. <b>Como nossa auditoria conduziu esse assunto</b> Nossos procedimentos relacionados a capitalização de custos de desenvolvimento de software incluíram, entre outros: (i) seleção de amostra de projetos para verificação da sua viabilidade técnica, avaliação da intenção da Companhia com o ativo (venda ou uso), além da realização de indagações e entrevistas com os responsáveis dos projetos capitalizados para entendimento da viabilidade técnica; (ii) realização de testes documentais, onde analisamos os gastos com profissionais e sua relação com os projetos que estão sendo capitalizados e obtenção de representação dos gestores confirmando a alocação dos profissionais nos projetos; (iii) análise de recuperabilidade e prazo de vida úteis dos ativos capitalizados e (iv) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras foram apropriadas. Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as políticas de capitalização de custos da Companhia derivadas para suportar os julgamentos e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. <b>Reconhecimento de receita de prestação de serviços</b> A Companhia reconhece suas receitas, na extensão em que as obrigações de desempenho vão sendo atendidas e os serviços são prestados aos clientes, por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes serviços. Para as receitas de prestação de serviços de soluções e serviços de análise de transações para prevenção e gestão de fraude, o reconhecimento das receitas é efetivado com base no estágio de conclusão do serviço. O estágio de conclusão é avaliado com base no método de prazo decorrido e contratado, conforme definido pelo CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (equivalente à norma internacional IFRS 15). A complexidade envolvida na estimativa do estágio de conclusão dos serviços que é realizada e que estão formalizadas no contrato, bem como os potenciais riscos envolvidos em relação à competência do reconhecimento de receitas, nos levou a considerar esse assunto um dos principais assuntos de auditoria. <b>Como nossa auditoria conduziu esse assunto</b> Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) o entendimento dos controles internos da Companhia relacionados ao processo de reconhecimento de receita; (ii) obtenção de documentação suporte para uma amostra de transações de receitas reconhecidas no exercício corrente, incluindo o exame dos respectivos contratos, nota fiscal e volumetria dos serviços; (iii) reconhecimento das receitas dos serviços com base no prazo efetivo da transação de acordo com as condições contratuais; e (iv) avaliação das divulgações em notas explicativas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento e mensuração da receita de serviços adotadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota 3.13, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. <b>Outros assuntos</b> <b>Demonstrações do valor adicionado</b> As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. <b>Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor</b> A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.</p>	
<p><b>Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b></p>			
<p>A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. <b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.</p>			

